

ESTADO DA BAHIA
PODER EXECUTIVO E DEFENSORIA PÚBLICA
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2015 A ABRIL/2016

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)	
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS ¹
	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	17.169.702.096,68	3.097.333,35
Pessoal Ativo	12.100.226.586,59	1.302.279,77
Pessoal Inativo e Pensionistas	4.970.633.195,29	-
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	98.842.314,80	1.795.053,58
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	3.978.476.692,97	-
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	153.493.322,99	-
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	154.125.511,85	-
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	79.775.834,10	-
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	3.591.082.024,03	-
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	13.191.225.403,71	3.097.333,35

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	27.329.461.676,97	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (III a + III b)	13.191.225.403,71	48,27
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.282.118.375,01	48,60
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	12.618.012.456,26	46,17
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	11.953.906.537,51	43,74

FONTE: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF e SIGRH/SAEB - 23/05/2016 15:19:21

1. Nos demonstrativos elaborados no primeiro e no segundo quadrimestre de cada exercício, os valores de restos a pagar não processados inscritos em 31 de dezembro do exercício anterior continuarão a ser informados nesse campo. Esses valores não sofrem alteração pelo seu processamento, e somente no caso de cancelamento podem ser excluídos.

Notas:

1) Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- b) Despesas empenhadas mas não liquidadas inscritas em Restos a Pagar não processados consideradas liquidadas no encerramento do exercício por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.
- 2) Este Demonstrativo é parte integrante do RGF do poder Executivo e da Defensoria Pública
- 3) Considerando apenas o Poder Executivo, o total da Despesa de Pessoal foi de R\$ 13.043.077.584,75 representando 47,73 % da RCL.
- 4) Foi excluído do total da despesa com pessoal o valor de R\$ 159.074.271,43 referente ao Aporte de Inativos e Pensionistas de Outros Poderes .
- 5) Foi excluído de Pessoal Ativo o valor de R\$ 404.568.622,00, referente as seguintes despesas de natureza indenizatória: Férias proporcionais, férias vencidas, licença prêmio em pecúnia, adicional 1/3 de férias, abono pecuniário férias, e abono permanência.
- 6) Foram adotadas as seguintes medidas de gestão das despesas e controle dos gastos de pessoal:
 - a) Publicação do Decreto 16.417, de 16 de novembro de 2015, que estabelece medidas para a gestão das despesas e controle dos gastos de pessoal;
 - b) Suspensão de novas contratações através do REDA, com a tendência de redução dos contratos gradativamente;
 - c) Demissão de empregados das empresas públicas que já estavam aposentados.